

SUSTENTABILIDADE E OS DESAFIOS DO CONHECIMENTO: A PRECARIEDADE DAS CERTEZAS E O RISCO PERMANENTE DA INCERTEZA NUMA REVISITAÇÃO DA AÇÃO SOCIAL COMO RACIONALIDADE COMUNICATIVA*¹**SOSTENIBILIDAD Y RETOS DEL CONOCIMIENTO: LA PRECARIEDAD DE LAS CERTEZAS Y EL RIESGO PERMANENTE DE INCERTIDUMBRE EN UNA REVISIÓN DE LA ACCIÓN SOCIAL COMO RACIONALIDAD COMUNICATIVA****Maria Sueli Rodrigues de Sousa² & Savina Priscila Rodrigues Pessoa³**mariasuelirs@ufpi.edu.br
Universidade Federal do Piauí
Teresina, Brasil**RESUMO**

O presente texto tematiza sustentabilidade a partir da problematização dos modos de vida, especialmente, dos fundamentos definidores do que seja bom para mim e para nós nos processos de socialização e produção das individualidades numa perspectiva da racionalidade comunicativa correlacionada com a racionalidade prática. A discussão ressalta a precariedade das certezas do paradigma da modernidade e o não surgimento de algo que possa substituí-las configurando um estado de crise que destrona certezas e obriga a convivência com certezas incertas, precárias, temporalizadas, falíveis até serem substituídas por outras com o mesmo matiz, o que delinea retratos demandantes de sustentabilidade que questionam certezas e fundados em certezas precárias, falíveis e incertas, sendo, portanto o conceito de sustentabilidade aberto e plurissignificante. A discussão remete para o arcabouço contextualizador da crise: a racionalidade moderna e sua capacidade ou exaustão explicativa na indicação da superação do abismo entre ideia e prática, essência e aparência, pensamento e ação como esferas separadas e a indicação da junção entre as duas dimensões nas práticas ou ações sociais. A crise contemporânea que reclama por sustentabilidade indica a revisão desta separação/junção entre idealidade e materialidade ao pôr em xeque a definição do que seja bom para mim e para todos.

Palabras claves: certeza, incerteza, sustentabilidade, desenvolvimento, racionalidade comunicativa.

* Artículo recibido el 13 de agosto de 2014; aceptado el 24 de septiembre de 2014.

¹ O projeto a que se refere o artigo é do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Cidadania, coordenado pela Maria Sueli e que Savina Priscila faz parte. O título do projeto é "Conhecimentos Tradicionais e quilombolas na proteção da biodiversidade piauiense numa perspectiva sociojurídica". O projeto foi desenvolvido entre os anos de 2011 a 2014 com estudos de documentos sobre o licenciamento ambiental dos empreendimentos, leis constitucionais que protegem direitos fundamentais e entrevistas com os atingidos para levantar impactos sobre modos de vida tradicionais, meio ambiente e conhecimentos tradicionais.

² Professora Adjunta II do departamento de Direito da UFPI. Professora do programa de mestrado de sociologia da UFPI. Doutora em Direito Constitucional pela UNB.

³ Graduanda do curso de Direito UESPI, cursando o 8º período.

ABSTRACT

The present text thematizes the sustainability as of problematization of lifestyles specially from difining elements of be good for me and for us in the to process of socialization and production of the individualities in the perspective of communicative rationality correlated to practice rationality. The dicussion highlights the precariousness of certainties of paradigm of the modernity and not emergence of something which may replace them setting a crisis state that unthrones certainties and obligates the acquaintanceship with uncertain certainty, precarity, temporality, fallible until they are replaced by other ones with the same hue which outlines applicant portraits of sustainability that question certainties and established in precarious certainties, fallibles and uncertain being therefore the open and several meanings concept of sustainability. The discussion refers to the contextualizing outline of crisis: the modern rationality and its capacity or explanatory exhaustion in the indication of overcoming of abism between the ideia and practice, essence and appearance, thought and action as separate spheres and the indication of the junction between of two dimensions in practice or social actions. The contemporary crisis that reclaim for sustainability indicates the revision of that separation/junction between ideality and materiality to check by the definition of which be good for me or for everyone.

Key words: certainty, uncertainty, sustainability, development, communicative rationality.

Introdução

A discussão trazida a lume no presente texto surgiu no âmbito de realização da pesquisa sobre conhecimentos tradicionais e quilombolas e a biodiversidade piauiense numa perspectiva socioambiental pelo Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Cidadania vinculado ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e ao Departamento de Ciências Jurídicas, ambos da Universidade Federal do Piauí.

A discussão sobre conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade conduziu ao tema da sustentabilidade, no âmbito de estudo e diálogos sobre os estudos de impactos ambientais de empreendimentos que implicam em amplas intervenções na natureza atingindo o suporte biofísico e populações tradicionais e quilombolas, conseqüentemente seus conhecimentos associados à biodiversidade. São estudados no projeto: a implantação de barragens para a produção de energia elétrica, uma ferrovia, a transnordestina e a empresa de celulose com a implantação de grande área com eucalipto. Todos os empreendimentos têm em comum o deslocamento de populações tradicionais e quilombolas. Os estudos de impactos ambientais indicam os empreendimentos como sustentáveis em razão de balanço positivo entre impactos positivos e negativos e por indicar medidas mitigadoras para os impactos que vão produzir.

No âmbito da racionalidade moderna, o cálculo em que o positivo supera o negativo e o negativo contará com medidas para mitigá-los parece ser inconteste. Ocorre que os problemas provocados pelas intervenções na natureza e, conseqüentemente, na sociedade não são solucionados pelas medidas mitigadoras nem pelos impactos positivos, como a geração de emprego, por exemplo. É o que atesta o avançar da crise ambiental com desmatamentos, poluições, secas, enchentes, aquecimento do planeta, desaparecimento de espécies, insegurança alimentar e inaccessão à água potável.

Para as populações atingidas nos empreendimentos estudados, além dos problemas com desmatamento, perda de patrimônio natural e dos conhecimentos associados à biodiversidade, há a perda de moradias, terra para produção, conseqüentemente, a eliminação de postos de trabalho, o que leva a questionar a sustentabilidade atestada no deferimento das licenças ambientais.

O presente texto está organizado em dois itens: sustentabilidade e a medida do que é bom para mim e para nós, em que serão discutidos os fundamentos de três acepções de sustentabilidade. O segundo item reflexividade, modernidade e pós-modernidade, traz a discussão sobre paradigmas e crise de paradigmas.

Sustentabilidade e a medida do que é bom para mim e para nós

O tema da sustentabilidade abre-se aos vários discursos e matizes desde a crise de paradigmas, ao tema ambiental, ao fim das certezas cartesianas, à emergência de uma sociedade de risco, às mudanças climáticas, à globalização, aos sintomas das várias castrações produzidas/promovidas pelos excessos de uma racionalidade universalizada. Um debate que exige pensar a unidade de conteúdo e forma e daquilo que se define como opostos e a multiplicidade contida na unidade significada como universalidade.

O caminho escolhido aqui para trilhar tem natureza ético-epistemológica e sócio-anropológica-ambiental na tematização dos limites do certo/errado a partir do que é bom para mim e para nós.

O eu e o nós, ou seja, o indivíduo e o coletivo, nas tradições clássicas sociológicas, são pontuados como concepções relativamente recentes por Durkheim,⁴ como consciência coletiva e consciência individual originadas no delineamento das individualidades e com isso o reconhecimento de direitos e deveres para indivíduos e coletividades com base nos modelos de aspirações do que seja bom para mim e para nós.

Ainda com base em Durkheim,⁵ consideramos que o surgimento de individualidades emerge com a definição de regras que imponham os limites necessários à produção de individualidades e com isso delinear os modos de vida. Dessa forma, os modos de viver vão se perfilando pelos regramentos que possibilitam a convivência entre diferenças. Diferenças estas produzidas pelas individualizações.

A dinâmica de diferenciação está na genética da *episteme* que configurou a racionalidade por sua oposição definidora na relação entre conhecimento e realidade, sendo esta o concreto, singular, complexo de modo quantitativo e qualitativo e aquele, a conceituação abstrata, universal, é o conhecimento, propriamente dito, da realidade que identifica para habilitar para separar.⁶

A diferenciação funcional tem cabimento no processo de racionalização, numa dinâmica que identifica, une e separa funcionalmente. Durkheim⁷ considera a dinâmica referida como definidora da consciência individual e com esta, o sistema de direitos e deveres.

Mas, se a divisão do trabalho produz a solidariedade, não é apenas porque ela faz de cada indivíduo um 'trocador', como dizem os economistas; é porque ela cria entre os homens todo um sistema de direitos e deveres que os liam uns aos outros de maneira duradoura. Do mesmo modo que as similitudes sociais dão origem a um direito e a uma moral que as protegem, a

⁴ Émile Durkheim, *Divisão do Trabalho Social II*, Lisboa, Editorial Presença Ltda., 1984.

⁵ *Idem*

⁶ Maximilian Weber, *Economia e Sociedade*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2000.

⁷ Durkheim, *op. cit.*

divisão do trabalho dá origem a regras que asseguram o concurso pacífico e regular das funções divididas.⁸

A dinâmica indicada dá lugar a uma *episteme* que possibilita conhecer as relações sociais e interpretá-las pelas normas, cumprimento e descumprimento das mesmas e interpretação do sentido verificado para o sistema de direitos e deveres, ampliando a esfera do conhecimento para além das causas e efeitos.⁹

Também a referida dinâmica é a que dá causa aos modos de vida que vão se firmando em torno da produção das condições de vida, incluídas alimentação e moradia, pela transformação do que a natureza oferta e na ampliação da oferta da natureza pela agricultura, pecuária e indústria, o que traz a intervenção na natureza como condição básica dos modos de vida, conduzindo à ampliação de demandas para consumir e estocar.

Marx (1984) considera que a divisão do trabalho não teve a função apenas organizativa, mas também a de controle por formar a consciência e de suas relações, percebendo-se como indivíduo e sendo afetado como coletivo. A percepção atomizada de si provoca o alheamento quanto às condições a que está submetido e provoca indiferença social:

Na produção social da própria existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina a sua consciência. A sociedade é, portanto, produto da ação recíproca entre os homens.¹⁰

A indiferença resultante da dinâmica de divisão do trabalho é tida por Durkheim¹¹ como necessária ao processo de evolução social. Trata-se da substituição da solidariedade mecânica pela solidariedade orgânica, em que as relações sociais serão as demandadas pela diferenciação funcional.

A *episteme* da divisão do trabalho e do disciplinamento orientado pela diferenciação funcional torna-se a base orientadora do pensamento e da ação da racionalidade moderna apropriada pelas ciências sociais a partir do cartesianismo,¹² que define como método a análise tomada da antiga tradição da geometria dos gregos, sem adotar sua natureza matemática e focado no modo de conhecer, o que permite delinear e distinguir método e epistemologia. A análise pelo método cartesiano busca a relação de dependência entre os objetos a partir do relativo e do complexo e a identificação do efeito em busca de suas causas.

⁸ *Ibid*, 429.

⁹ Jürgen Habermas, *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.

¹⁰ Karl Marx, *Ideologia Alemã*, São Paulo, HUCITEC, 1984, 82-83.

¹¹ Durkheim, *op. cit.*

¹² René Descartes, *Discurso do método*, São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Os pensadores).

Comte e Durkheim apropriam o método cartesiano para as ciências sociais na identificação dos efeitos e busca pelas causas dos problemas sociais.

A perspectiva do cartesianismo foi apropriado não apenas pelas ciências mas pela vida social de modo amplo como já referido no caso da divisão do trabalho e cunhou de significação diferenciada o tempo, considerando que a orientação epistêmica e metodológica implica em identificar problema, pelo acúmulo de conhecimentos produzidos, prever como seria a realidade sem aquele problema e buscar as causas para eliminar o problema, o que resultaria na realidade alterada sem aquele problema. A dinâmica trouxe consigo uma significação de tempo não por aquilo que se repete, como as estações, dia e noite, clima, mas o tempo identificado pelo que é irreversível, o que impossibilita retornar ao estado de coisas anterior. Trata-se da substituição da circularidade pela linearidade.¹³

A *episteme* referida orientou a racionalidade do tempo linear, do progresso, com a permanente identificação dos problemas, busca de solução pela ciência e a técnica e com isso o enfrentamento da irreversibilidade mestra, a morte.

Leach,¹⁴ ao tratar o tempo linear, interroga sobre o que pensaríamos sobre o tempo se não houvesse relógio e a astronomia científica e responde que tudo sobre o tempo deriva de duas experiências: a repetição dos fenômenos, como dia e noite, as estações e a irreversibilidade do que muda, sendo que em tese as culturas tradicionais se guiam pela repetição dos fenômenos e o paradigma da modernidade se instaura na perspectiva da irreversibilidade. Importante considerar que tradição e modernidade não se mostram estanques, como experiências não dialogantes, às vezes estão na mesma face da moeda.

A concepção de tempo linear que se instaura na perspectiva da irreversibilidade funde as dimensões de tempo e espaço com a perspectiva do antes, durante e depois que nunca se repete o que exige medir e calcular o que fará depois como ferramenta para garantir ou controlar erros que serão irreversíveis, dando origem ao tempo retilíneo com registros históricos numa série evolutiva de fatos inéditos num curso progressivo de acontecimentos que não se repetem em direção ao futuro, significado como bom ou melhor do que o presente se mudar para uma situação que adicione valores e materiais que signifiquem ampliação de riquezas.

A perspectiva é, se não é possível enfrentar a irreversibilidade da morte, que seja ampliada a vida e para isso ter acessível o que possibilita isso: alimento, proteção, conforto e outros agregados. E em nome deste enfrentamento a lógica do desenvolvimento, implicando necessariamente em intervir na natureza cada vez mais para produzir cada vez mais.

Qual a questão aí posta? O que há de errado com isso? A narrativa hegemônica considera tudo certo: é necessário intervir mais, transformar mais, produzir mais e para garantir tudo isso acumular para não correr riscos e para constituir-se como hegemonia.

A categoria desenvolvimento faz parte de uma racionalidade que a tem como algo dado, inquestionável na sua natureza e semântica, cabendo apenas discutir o estágio de desenvolvimento em que um povo, uma cultura se encontra, sendo problema a falta de desenvolvimento e solução, o desenvolvimento.

¹³ Jean-Pierre Boutinet, *Antropologia do Projeto*, Porto Alegre RS, Artmed Editora, 1999.

¹⁴ E. R. Leach, "Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo", in *Repensando a antropologia*, São Paulo, Perspectiva, 1974, 191-209.

No entanto, a semantização da categoria desenvolvimento como o bem e o bom que se encontra na ponta da seta dos projetos de vida e de felicidade, significando o projeto comum da humanidade é construção sócio histórica, datada, territorializada na aventura de construção política da hegemonia europeia.

A construção do tempo linear substituindo o tempo circular a partir de uma medida do tempo pelo relógio, como referido, impôs a hierarquia atraso e progresso, sendo o segundo a grande utopia movedora dos sonhos de vida abastecida de alimentos, longa e segura. Segurança esta garantida pelo acúmulo de bens para as várias gerações vindouras.

A unicidade do projeto civilizador condena o diverso à condição de bárbaro, marginal, menos humano, menos capaz, inferior: “O bárbaro pode assimilar o logos de seu dominador, mas jamais alcançará sua fluência, pois se trata de um logos que não lhe é próprio. Assim, o bárbaro nunca se tornará semelhante ao seu dominador”.¹⁵

O modelo é definido por indicadores determinantes do que seja bom para todos numa universalização da forma de viver de quem se constituiu como hegemonia com o poder de definir direitos humanos e indicadores sociais embasados nos mesmos.

Este dever ser é a finalidade, o objetivo a ser alcançado que passa a significar o projeto civilizador como único estruturado na hierarquia não civilizado e civilizado ou bárbaro e civilizado, desenvolvido e não desenvolvido, estando num polo os mais humanos e noutra os menos humanos.¹⁶

É possível perceber outras discursividades diante dos problemas advindos das intervenções na natureza, especialmente, pelos efeitos nas condições ambientais, pelas disputas por acesso às condições ambientais, pelos questionamentos quanto à natureza dos problemas sociais advindos das citadas disputas.

Nas várias discursividades, há o interesse em saber a origem dos problemas ambientais ou para justificá-los e reafirmar o modelo ou para afirmar que este caminho leva inexoravelmente à destruição das condições de vida no planeta ou para afirmar que as intervenções na natureza produzem muitos problemas sociais.

Autores diversos, como Diegues, Santilli, Sousa,¹⁷ dentre outros categorizam as três perspectivas como: desenvolvimento, ambientalismo e socioambientalismo ou desenvolvimento, preservacionismo e conservacionismo, ou seja, manter desenvolvimento com o agregado da sustentabilidade, abandonar o desenvolvimento e proteger a natureza com o afastamento humano, proteger a natureza e as pessoas que coabitam nela. O comum às três posições é o elemento sustentabilidade. O consenso entre as três visões é o aspecto da sustentabilidade.

Um debate que é comumente resumido em torno do que é sustentável ou não para manter modos de vida com modificações mais ou menos amplas: da produção e distribuição do que mantém os modos de vida, dos aprendizados sobre os modos de viver, da forma como se dá a

¹⁵ L. Zea, *Discurso desde la Marginación y la Barbárie*, Fondo de Cultura Económica, México, 1990, 16.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ Antônio Carlos Diegues, *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, São Paulo, HUCITEC, 2001; Juliana Santilli, *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*, São Paulo: Editora Peirópolis, Instituto Socioambiental (ISA), 2005; e, Maria Sueli Rodrigues de Sousa, *O povo do Zabelê e o Parque Nacional da Serra da Capivara no Estado do Piauí: tensões, desafios e riscos da gestão principiológica da complexidade constitucional. Tese. UnB*, 2009.

conhecer o meio e as condições que produzimos para nos manter, do que definimos do que seja bom para mim e para nós, portanto um debate que é sociológico, antropológico, epistemológico, filosófico, pedagógico, econômico, político, histórico, geográfico, linguístico, jurídico, biológico, químico, matemático, físico, estatístico, de engenharia, de modas, enfim de todos os espaços que categorizamos como de produção e distribuição de bens e de conhecimentos.

A medida da sustentabilidade envolve necessariamente as definições e redefinições do que seja bom para mim e para nós. Ao fazer isso retornamos à base produtora dos modos de vida que construímos e que, para uma visão, vem se mostrando como insustentável.

A discussão em torno da questão pode assumir dois rumos: primeiro em torno de se é sustentável ou não ou se não é sustentável o que fazer para modificar, alterar modos de viver que se naturalizaram como conceitos do que é bom e de como medida de felicidade. Ou se é sustentável o que fazer para garantir as condições ambientais necessárias para universalizá-lo, estendendo a medida de felicidade para todos os povos medidos por números que dizem a que distância cada povo se encontra da medida de felicidade.

As posturas historicamente se firmaram através dos discursos já referidos como ambientais, socioambientais e de desenvolvimento em que cada um, por sua vez, chama para si o adjetivo sustentável. Como se pode notar sustentabilidade não tem um só sentido, é uma categoria que suporta desde discursos de ordem e progresso, socialistas, capitalistas, democráticos e constitucionalistas.

Podemos afirmar que há desde crenças na incompatibilidade entre a espécie humana e as demais espécies, portanto sendo necessária a retirada ou extinção do incompatível para que a terra permaneça terra, ao discurso da necessidade de produção de formas de se relacionar com as demais espécies de modo harmonioso num critério de igualdade entre as espécies, aos discursos que consideram a proteção das condições ambientais para viabilizar a espécie humana.

A visão extremada de incompatibilidade e de necessidade de extinção do ser humano para que o planeta continue existindo é impactante. E o choque é importante em processos de desnaturalização do que necessita ser desnaturalizado para revelação do seu caráter não natural, da sua construção cultural que se firmou e se sedimentou pela naturalização.

Também de igual modo nos impacta a visão de igualdade entre as espécies quando boa parte da humanidade adota crenças religiosas de um Deus onipotente que nos fez a sua imagem e semelhança. E se somos à semelhança de Deus, a singularização nos coloca em patamar superior em relação às demais espécies. O que fortalece a visão de que as demais espécies devem ser cuidadas, protegidas para nos alimentar, para o nosso deleite, para nossa manutenção.

Se tomarmos o conceito de sustentabilidade desde sua primeira aparição no cenário de crise ambiental, o Clube de Roma, no seu informe de 1971, é possível verificar que o mesmo sempre aparece relacionado à medida do quanto intervir na natureza: não intervir, intervir menos ou intervir mais corrigindo os problemas gerados pela intervenção, havendo entendimento quanto à categorização como insustentável do modelo do progresso, o que está em questão é: intervir por que e para que.

Em cada um desses extratos está incorporada uma visão diferenciada de sustentabilidade: por exemplo, ser sustentável é extrair a espécie que provoca danos às demais, ser sustentável é se

portar fora da singularização em pé de igualdade com as demais espécies ou ser sustentável é cuidar bem das condições que mantêm os nossos modos de viver, a nossa medida de felicidade.

No discurso que vem se firmando como socioambiental é incorporada a medida de culpa pelos problemas enfrentados. De quem é a culpa? O culpado é que deve ser responsabilizado! Não há uma medida de equidade entre os usos e ocupação da natureza! Eis aqui uma medida de justiça ambiental. Ou seja, os problemas ambientais identificados, ao se fazer as restrições de uso, os penalizados são os já penalizados na distribuição de riquezas, resultando numa punição a quem já é punido na distribuição de riquezas, ampliando a pobreza, as desigualdades sociais. Sustentabilidade aqui significa tratar os diferentes como diferentes e reconhecer as diferenças nos usos e ocupações pelos diferentes, portanto carecendo de individualizações que exigem medidas conforme os usos e ocupações.

No discurso de desenvolvimento, a medida da sustentabilidade inclui intervenções amplas garantidas por licenças ambientais que são expedidas através de análise de estudos que apresentam a intervenção, os problemas daí advindos e medidas para reduzi-los, mitigá-los em nome da solução de problemas sociais advindos da distribuição de riquezas que vulnerabilizam as relações ambientais. Sustentabilidade aqui suporta deflorestamento, revolvimento de solos em busca de pedra, metais e substâncias que foram patrimonializados pelo valor adquirido no mercado produzido na dinâmica dos modos de vida.

As três categorizações nos conduzem ao que já foi apontado antes quanto à sustentabilidade dos modos de vida. A ambiental e a socioambiental parecem partir do pressuposto da insustentabilidade do que fazemos e de como vivemos a de desenvolvimento, ao contrário, ainda aposta na sustentabilidade de como vivemos e como fazemos para viver. E que, se é sustentável o que fazemos e como vivemos, cabendo apenas corrigir problemas, como desenvolver as formas de vida que não alcançaram o lugar indicado pela matemática social dos indicadores de desenvolvimento e que para alcançar a meta almejada é preciso levar em conta os problemas produzidos no caminho e tratar os mesmos reduzindo os seus impactos?

Desenvolver de forma sustentável implica em considerar os problemas advindos dos processos de produção e distribuição de riquezas e adotar medidas que reduzam os seus impactos, não cabendo, portanto discutir, problematizar as medidas de felicidade do que é bom para mim e para nós.

Parece não haver dúvidas quanto a isso: é preciso alcançar um IDH 1 ou cada vez mais próximo de 1 para ser desenvolvido de modo sustentável. Trata-se de modos de fazer, portanto nas dimensões epistêmicas (os modos de conhecer), pedagógicas (os modos de ensinar), sociológicas (as dinâmicas sociais da insustentabilidade), antropológicas (o padrão humano provocador da insustentabilidade), matemático/estatístico (os números da insustentabilidade), incluídas outras dimensões do conhecimento, mas não pautando radicalmente a medida do que é bom para mim e para nós.

Parece não haver dúvidas na discursividade do desenvolvimento sustentável, fazendo denotar que ser feliz é ter condições de consumir aquilo que é julgado relevante na escala de valores dos indicadores sociais.

Mas penso que cada vez mais somos obrigados a enxergar a insustentabilidade dos nossos modos de viver. E se isso é verdade, somos obrigados a discutir a nossa medida de felicidade, o que é bom para mim e para nós. Discutir o que é bom para mim e para nós implica

necessariamente pensar reflexivamente os nossos modos de vida e os nossos conceitos de felicidade.

Reflexividade, modernidade e pós-modernidade

Pensar reflexivamente os nossos modos de vida tem sido tarefa árdua de todas as áreas do conhecimento. Desde a teoria do caos, crise na racionalidade, fim da racionalidade moderna, tempos de pós-modernidade. Em todos esses matizes há a decepção quanto à (in)validade das certezas que a ciência nos possibilitou. Uma crença que substituiu Deus e a magia pela razão.

Acreditar que há uma resposta, uma explicação para tudo a partir do conhecimento humano e que o inexplicável não está nas mãos de Deus e sim na falta potencial de desenvolver mecanismos racionais que dá a conhecer é fundamento do que se chama de racionalidade moderna.

A ciência entronizada passa a ser a responsável por tudo: explicar por que uma terra produz determinados frutos que culturalizamos como alimento, fazer com que uma terra passe a produzir o que queremos que a mesma produza fazer a terra produzir em quantidade, conhecer cada vez mais formas de produzir e distribuir o categorizado como riqueza de modo que as pessoas queiram dedicar toda a sua existência no labor da produção e distribuição de riquezas. Produzir e reproduzir dinâmicas sociais que mantenham os modos de vida aí instaurados.

Por isso é a ciência que se busca para solucionar os problemas da insustentabilidade. Primeiro: de onde vêm esses problemas todos? O que os causa? Como são causados? Quais os seus efeitos? Como enfrentá-los? Como superá-los?

Todas essas buscas têm encontrado respostas que não explicam, especialmente, não resolvem problemas. E diante disso, o que fazer? Por que a “deusa” ciência não nos mostra as saídas? Ou não nos mostram como entramos aí? Será que erramos ao abandonar Deus? Ao trocá-lo pela Ciência?

Nas discussões destas questões emergem os debates em torno do nosso paradigma da modernidade ou da racionalidade moderna. O que está acontecendo com o mesmo? Exauriu-se? Está em crise? Temos um novo paradigma?

Se quisermos tratar com Thomas Khun,¹⁸ torna-se mais complexa a afirmação do fim ou da exaustão do paradigma da modernidade, considerando a necessidade da emergência de uma revolução de paradigma que faz emergir um novo pensamento, uma nova forma de pensar o mundo, uma nova forma de explicar o mundo.

Continuamos com a “deusa” ciência entronizada, embora nossas crenças não sejam as mesmas. As nossas certezas científicas agora relativizadas, já não são tão certas. Somos obrigados a desconfiar das certezas que nós produzimos e das que as outras pessoas produzem. Fomos obrigados a questionar as certezas advindas do laboratório. Aprendemos duramente que a imparcialidade do método científico é parcial, considerando que o olho humano nunca ver tudo, sempre há lados que nossa visão não alcança, não temos a visão tridimensional.

¹⁸ Thomas S. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo, Perspectiva, 1991.

A ciência nos legou a pluralidade para enfrentar o problema da incapacidade de nossa visão alcançar tudo. Mas, e se todos que formam a pluralidade estão vindo de um mesmo lugar, o que fazer com a parte que a visão daquele lugar não alcança?

A saída tem sido duvidar de tudo, substituir as certezas por incertezas. Mas como operar quando precisamos de certezas para proceder na operação? Nem todas as ciências têm aplicação imediata. As que não são imediatas podem duvidar, trocar todas as certezas por incertezas, podem dizer que nada explica nada, que não há historicidade em nada, que tudo é caótico, que nada tem a ver com nada e tudo pode ter relação com tudo.

Mas o que fazer com a medicina, que precisa intervir na vida com as certezas incertas e relativizadas? O que fazer com o direito que precisa resolver conflitos, pacificar a sociedade com as decisões judiciais que para serem cumpridas precisam ser apresentadas como certeza, como única resposta correta? Quem vai cumprir uma sentença judicial em que o julgador diz que não tem certeza?

Todas essas questões nos fazem pensar que ainda somos obrigados a laborar com a racionalidade moderna. Que mesmo em crise, não temos outras formas para proceder, que não há um novo paradigma. Que o novo paradigma só pode existir quando não há exigência de uma aplicação imediata, quando se está livre das tarefas para gerenciar o cotidiano.

Se não temos saída, o que nos resta é operar dentro da antiga racionalidade, relativizando nossas certezas ou tomando-as como certas, mas sabendo que a certeza vai prevalecer até aparecer uma mais certa do que aquela.

Talvez desde o início isso estivesse posto, mas a atuação era feita na ingenuidade do início de vida do paradigma, como se razão e ciência fossem o oráculo que tudo se perguntava e haveria a resposta, que, por sua vez, foi substituído por Deus, que passa a ser a resposta para todas as questões, sendo na modernidade substituído pela razão/ciência.

Talvez nunca haja mesmo a substituição completa do paradigma, talvez o novo seja o velho, com os fundamentos velhos que tenham adereços mudados, os fundamentos velhos sejam deslocados de sua radicalidade.

Talvez haja mesmo uma racionalidade orientada para fins e uma racionalidade orientada para o entendimento, sendo as duas complementares, considerando ser a ausência do entendimento um pressuposto de sustentabilidade.

[...] a racionalidade orientada para um fim e a racionalidade orientada para o entendimento não são intercambiáveis. Sob essa premissa, eu considero a atividade que visa fins e o agir orientado para o entendimento como tipos elementares de ação, irreduzíveis um ao outro.¹⁹

Considerações finais

O discurso da sustentabilidade emerge nesse caldo de dúvidas, incertezas, certezas relativizadas, certezas afirmadas com a certeza de que serão temporárias, até emergirem novas certezas para substituí-las.

¹⁹ Jürgen Habermas, *Pensamento pós-metafísico*: estudos filosóficos, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990, 70.

O discurso da sustentabilidade exige certezas e incertezas. Certeza de que as certezas produzidas até então são incertas e que clamam por outras certezas ou não. Ou certeza de que uma parte das certezas produzidas não são certezas, mas que nem tudo é incerto, há ainda certezas que garantem modos de vida.

Qualquer viés torna a questão difícil e complexa. Difícil de ser compreendida com as certezas que aprendemos e naturalizamos em todos os espaços de socialização e complexa por sempre apresentar várias respostas para uma mesma questão e para escolher a melhor resposta ou a única resposta correta só temos as certezas falíveis aprendidas e naturalizadas no paradigma da racionalidade moderna.

Se achamos que todas as certezas são incertas e que é impossível produzir certezas, como guiar nossas vidas com procedimentos que exigem certeza?

Se achamos que as certezas são incertas e que temos que produzir outras certezas, como garantir as novas certezas se só sabemos produzi-las com métodos cartesianos, os mesmos que produziram as certezas agora condenadas?

Se achamos que só algumas certezas são incertas, qual o critério para separar o joio do trigo, se os métodos são os mesmos que produziram todas as certezas?

Se precisamos reavaliar o que é bom para mim e o que é bom para todos, como fazer isso se só dispomos dos métodos cartesianos científicos?

O caso seria buscar outros referenciais de certeza? Até agora só temos o oráculo e Deus, qual seria a saída, Deus ou o oráculo? Vamos acreditar nas respostas do oráculo depois de termos conseguido derrubar todas aquelas certezas?

Concluimos afirmando que não sabemos para onde estamos indo, mas onde estamos nos é exigido operar dentro do paradigma da racionalidade moderna, precária, falível, contestável, incerta, que precisa ser tratada como certeza temporária, parcial, falível que será enfrentada ou substituída por outra certeza que se apresente como melhor e que durará até aparecer outra melhor e daí por diante.

Talvez até tenha sido sempre assim. Talvez a jovialidade do paradigma nos tenha levado a tratar de forma tão definitiva ou talvez estivéssemos vendo o novo paradigma com os resquícios de Deus e da magia. Talvez o paradigma da racionalidade moderna só se tenha definitivamente configurado agora e por isso Habermas o chame de racionalidade comunicativa, Luhman²⁰ trate-o como racionalidade sistêmica, Lorenz,²¹ diante do impacto da falibilidade das certezas, tenha chamado de teoria do caos, outros chamem-no de pós-modernidade, por exemplo Deleuze²² e Foucault²³ ou a transmodernidade de Warat²⁴ ou a sociedade de risco de Beck.²⁵

²⁰ Niklas Luhmann, *Sociologia do Direito I*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.

²¹ Lorenz, Edward, "Deterministic nonperiodic flow. Journal of Atmospheric Sciences., Vol.20, 1963, 130-141.

²² Giles Deleuze, "Post-scriptum Sobre as Sociedades de Controle", in Giles Deleuze, *Conversações, 1972 – 1990*, Tradução de Peter Pal Pelbart, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992.

²³ Michel Foucault, *Vigiar e Punir - nascimento da prisão*, Petrópolis, Vozes, 1987, 224-240.

²⁴ Luis Alberto Warat, *A ciência jurídica e seus dois maridos*, Santa Cruz do Sul, FISC, 1985.

²⁵ Ulrich Beck, *Sociedade de Risco - Rumo a uma outra modernidade*, Sao Paulo, Editora 34, 2010.

Seja categorizado de uma ou de outra forma, para todas as categorizações há a imposição de refletir sobre sustentabilidade que implica duvidar de certezas ou mesmo tomá-las como incertezas e produzir as novas certezas como precárias, temporárias, falíveis, mas tratadas como certezas até que novas certezas as substituam.

Para o caso que estudamos, as certezas dos estudos ambientais sustentar-se-ão até que outra discursividade seja capaz de produzir um novo entendimento: o de que a simplificação na medida de sustentabilidade pelas medidas mitigadoras e ou pelas externalidades positivas do debate econômico não é suficiente como medida de sustentabilidade e que também é medida de sustentabilidade a garantia de inclusão de todos os interessados/atingidos no debate sobre a sustentabilidade do empreendimento como prevê a audiência pública exigida pelo estudos e relatórios de impactos ambientais (EIA/RIMA) desde que esta não seja tomada como simulacro de democracia que cumpre o papel meramente informativo, mas que seja tomada na acepção radical de democracia com o poder deliberativo.

Bibliografia

- Beck, Ulrich. *Sociedade de Risco - Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- Boutinet, Jean-Pierre. *Antropologia do Projeto*. Porto Alegre RS: Artmed Editora, 1999.
- Deleuze, Giles. "Post-scriptum Sobre as Sociedades de Controle". In Deleuze, Giles. *Conversações, 1972-1990*. Tradução de Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- Descartes, R. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os pensadores).
- Diegues, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- Durkheim, Émile. *Divisão do Trabalho Social II*. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1984.
- Foucault, Michel. *Vigiar e Punir - nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- Habermas, Jürgen. *A Lógica das Ciências Sociais*. São Paulo: Vozes, 2009.
- Habermas, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- Habermas, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- Kuhn, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- Leach, E. R. "Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo". In *Repensando a antropologia*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- Lorenz, Edward, "Deterministic nonperiodic flow. Journal of Atmospheric Sciences, 20 (1963).
- Luhmann, Niklas. *Sociologia do Direito I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- Marx, K. *Ideologia Alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- Santilli, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Editora Peirópolis, Instituto Socioambiental (ISA), 2005.
- Sousa, Maria Sueli Rodrigues de. O povo do Zabelê e o Parque Nacional da Serra da Capivara no Estado do Piauí: tensões, desafios e riscos da gestão principiologicamente da complexidade constitucional. Tese. UnB, 2009.
- Warat, Luis Alberto. *A ciência jurídica e seus dois maridos*. Santa Cruz do Sul: FISC, 1985.
- Weber, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- Zea, L. *Discurso desde la Marginación y la Barbárie*. Fondo de Cultura Económica. México, 1990.